

MARIADITA  
JAGUARIÚNA

**REGULARIZAÇÃO DE IMÓVEIS  
URBANOS E RURAIS**

- HABITE-SE (19) 99215-4852
- INSTITUIÇÃO DE CONDOMÍNIO (19) 99184-6967
- CAR - CCIR - INCRA

## Dr. Caius Godoy (Dr. da Roça) agora aqui todas as semanas



Aos que ainda não me conhecem, meu nome é Caius Godoy, advogado e administrador de empresas com atuação exclusiva no agronegócio. De uma família de produtores rurais do interior de São Paulo, a querida Duartina, tento através do meu trabalho levar informações para dentro da porteira, sendo elas envolvendo o Direito, ou não. Hoje tenho escritório nas cidades de Campinas e Jaguariúna e com muito orgulho sou conhecido e chamado carinhosamente pelos meus amigos e clientes, como o Dr. da Roça. Espero que gostem da minha coluna semanalmente falando sobre o mundo agro e agradeço pela oportunidade do Grupo O Regional de comunicação.

E como sempre finalizo, tchaaaau obrigado!!

## Proteção Patrimonial e Sucessão.

### O Papel da Previdência Privada no Planejamento Familiar

No cenário contemporâneo, em que a organização patrimonial assume papel estratégico na preservação de riquezas familiares, a previdência privada destaca-se como um instrumento eficiente e versátil no planejamento sucessório. Mais do que uma simples alternativa de investimento, ela se consolida como mecanismo jurídico relevante para garantir segurança, liquidez e previsibilidade na transmissão de bens.

Sob a ótica do Direito de Família e Sucessões, a previdência privada, especialmente nos planos do tipo PGBL e VGBL, apresenta uma característica fundamental, a possibilidade de indicação direta de beneficiários. Isso significa que, em regra, os valores acumulados não se submetem ao processo de inventário, sendo transferidos de forma mais célere aos indicados, evitando custos, burocracia e eventuais conflitos entre herdeiros.

Essa natureza jurídica confere à previdência privada uma vantagem significativa em relação a outros ativos. Enquanto imóveis, participações societárias e aplicações financeiras tradicionais ficam sujeitos à partilha judicial ou extrajudicial, a previdência permite uma liquidez imediata, o que pode ser essencial para a manutenção financeira dos dependentes no momento do falecimento do titular.

Outro aspecto relevante é a previsibilidade. O titular pode, ainda em vida, estruturar a destinação dos recursos de maneira clara, respeitando, evidentemente, os limites legais, sobretudo no que se refere à legítima dos herdeiros necessários. Nesse ponto, é importante destacar que a utilização da previdência privada não pode ser feita com o objetivo

de fraudar direitos sucessórios, sob pena de eventual questionamento judicial. Do ponto de vista tributário, também há benefícios relevantes. Em muitos casos, os valores recebidos pelos beneficiários não sofrem incidência de ITCMD, a depender da legislação estadual e da natureza do plano, o que torna o instrumento ainda mais atrativo dentro de uma estratégia de eficiência fiscal.

Além disso, a previdência privada pode ser utilizada de forma complementar a outras estruturas de planejamento patrimonial, como holdings familiares, doações em vida e testamentos. Trata-se, portanto, de uma peça dentro de um sistema mais amplo, que deve ser cuidadosamente desenhado conforme as particularidades de cada família, considerando aspectos emocionais, financeiros e jurídicos.

É importante ressaltar que a escolha entre PGBL e VGBL, bem como o regime de tributação (progressivo ou regressivo), deve ser feita com base em uma análise técnica e personalizada, alinhada aos objetivos de longo prazo do titular e ao perfil dos beneficiários.

Por fim, a previdência privada, quando bem estruturada, não apenas protege o patrimônio, mas também preserva a harmonia familiar. Ao reduzir incertezas e conflitos potenciais, contribui para uma sucessão mais tranquila, eficiente e alinhada à vontade do instituidor.

Em um mundo cada vez mais complexo, planejar não é apenas uma opção, é um ato de responsabilidade com o futuro da família.

Dr. Caius Godoy, Advogado e Presidente da Comissão de Cultura, Mídia e Entretenimento da OAB Jaguariúna, e-mail: caius.godoy@adv.oabsp.org.br

## Diagnóstico rápido ajuda produtor a avaliar estrutura do solo e orientar manejo sustentável

Metodologia desenvolvida pela Embrapa Soja permite identificar de forma simples e visual o grau de compactação e a qualidade física do solo em áreas agrícolas.

Ferramenta DRES avalia a estrutura do solo diretamente em campo, sem necessidade de equipamentos caros e complexos. Método visual identifica sinais de degradação da estrutura por compactação ou pulverização excessiva.

Com o Agrotag DRES metodologia funciona com maior objetividade, facilidade de uso e compartilhamento de dados.

Evita práticas de descompactação mecânica desnecessárias e pode reduzir custos de produção.

Curso on-line da Embrapa capacita técnicos e produtores para uso da metodologia.

A Embrapa Soja desenvolveu uma metodologia prática e acessível para avaliar a qualidade da estrutura do solo em áreas agrícolas: o Diagnóstico Rápido da Estrutura do Solo (DRES). Criado em parceria com a Universidade Estadual de Londrina (UEL) e outras unidades da Embrapa, o método permite que produtores e técnicos identifiquem, de forma visual e direta, sinais de conservação da estrutura do solo ou se sua degradação por compactação e pulverização excessiva, nas camadas superficiais, até cerca de 25 centímetros de profundidade.

A estrutura do solo — ou seja, a forma como partículas minerais e orgânicas se organizam em agregados e poros — é determinante para a fertilidade, pois influencia a infiltração de água, a circulação de raízes, a aeração e a atividade biológica. Métodos tradicionais de avaliação estrutural, no entanto, costumam ser complexos e pouco práticos para o dia a dia do campo.

De acordo com Henrique Debiasi, pesquisador da Embrapa Soja e um dos desenvolvedores da ferramenta, o DRES foi concebido para uso em campo, dispensando equipamentos laboratoriais e análises demoradas. “O DRES vem para auxiliar o produtor e o técnico na tomada de decisão sobre o melhor manejo para melhorar a qualidade estrutural do solo. Com isso, é possível aprimorar o desempenho econômico e ambiental dos sistemas de produção de soja”, explica.

A aplicação do DRES começa com a abertura de uma minitrincheira e a retirada de um bloco de solo com o auxílio de uma pá de corte. As coletas devem ser feitas em áreas homogêneas da propriedade, definidas conforme o histórico, tipo e textura do solo. Segundo Debiasi, cada área homogênea não deve ultrapassar 100 hectares.

O bloco de solo é colocado em uma bandeja e fragmentado manualmente, revelando a estrutura dos agregados, raízes e poros. A avaliação é feita com base em critérios visuais, como tamanho e forma dos agregados, resistência e aspecto das faces de ruptura, presença e distribuição das raízes e sinais de atividade biológica.

Cada amostra é dividida em uma a três camadas separadas visualmente, que recebem notas de 1 a 6: 1 representa estrutura degradada e 6 indica excelente condição física. A média dessas notas, ponderada pela espessura das camadas, resulta no índice de qualidade estrutural do solo, que serve para classificar o solo e orientar o manejo.

Com base no índice calculado, o produtor pode avaliar se há necessidade de replanejar a adoção de práticas conservacionistas, alterar o sistema de manejo ou mesmo realizar intervenções mecânicas, como a escarificação. “Essas operações, quando feitas sem necessidade, elevam custos e podem até reduzir a produtividade das culturas”, ressalta o pesquisador.

Dependendo do resultado do DRES, a indicação técnica pode ser a realização de operações mecânicas de descompactação. Mas por se tratar de um critério cientificamente validado, a aplicação do DRES evita a realização de operações mecânicas desnecessárias, que elevam os custos e podem reduzir a produtividade.

Além de oferecer um retrato rápido e econômico da condição física do solo, o DRES pode ser usado como ferramenta de monitoramento ao longo do tempo, permitindo verificar se o manejo adotado está de fato melhorando a estrutura do solo.

Por isso, o DRES se destaca por sua simplicidade e rapidez, podendo ser aplicado em diferentes regiões e tipos de solo do Brasil, desde áreas arenosas até argilosas, e em distintos sistemas produtivos.

Capacitação e limitações

Para ampliar o uso da metodologia, a Embrapa lançou um curso on-line gratuito destinado a técnicos, agrônomos, produtores e estudantes. O conteúdo aborda o passo a passo da aplicação do método, a interpretação das notas e exemplos práticos de campo.

Ainda assim, os pesquisadores ressal-

tam que o DRES é uma avaliação visual e qualitativa, devendo ser complementado com outros indicadores físicos, químicos e biológicos do solo para diagnósticos mais completos. A coleta deve ser feita em condições adequadas de umidade, evitando solos muito secos ou encharcados, que dificultam a observação das feições estruturais.

Em um cenário de intensificação agrícola e de crescente preocupação com a conservação do solo, o DRES representa um avanço para o manejo sustentável. A metodologia alia simplicidade, baixo custo e confiabilidade, auxiliando o produtor na adoção de práticas que favorecem a produtividade e reduzem os riscos de degradação.

Mais informações estão disponíveis em Documentos 390 da Embrapa Soja, que detalha a aplicação do método e apresenta exemplos de uso em diferentes sistemas produtivos.

#### DRES no ZARC

O uso recente do DRES no Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC) representa um avanço metodológico na incorporação do manejo do solo à avaliação de risco agrícola. No projeto-piloto do ZARC Níveis de Manejo (ZarcNM) para a cultura da soja no Paraná, o DRES passou a ser utilizado como indicador técnico da qualidade física do solo, permitindo classificar talhões conforme o nível de manejo adotado.

A integração do DRES ao ZARC possibilita ajustar o risco climático calculado — antes baseado apenas em variáveis meteorológicas e tipo de solo — à condição estrutural real do solo na propriedade, refletindo sua capacidade de infiltração, armazenamento e disponibilidade hídrica às plantas. Com isso, áreas que apresentam melhor qualidade estrutural (notas elevadas no DRES) são enquadradas em níveis superiores de manejo tornando-se elegíveis a maiores percentuais de subvenção do seguro rural e reconhecimento formal das boas práticas conservacionistas.

#### AgroTag DRES

A Embrapa desenvolveu o AgroTag, uma plataforma digital destinada ao registro georreferenciado de informações agrícolas em campo, que permite integrar dados agronômicos, ambientais e de manejo. Segundo Sérgio Pimenta, especialista em agricultura regenerativa e CEO da 360Consult, “o Instituto Folio financiou a inclusão de um módulo gratuito, específico para o DRES, dentro desta plataforma, com o objetivo de facilitar a adoção dessa ferramenta essencial para a agropecuária regenerativa e sustentável”.

Utilizado nesse contexto, o AgroTag em sua versão pública ou na configuração mais ampla no módulo AgroTag360, possibilita que técnicos, pesquisadores e produtores colem, validem e compartilhem informações padronizadas por meio de dispositivos móveis, com registro automático de coordenadas GPS. Os dados são armazenados em um banco nacional unificado, contribuindo para a certificação de práticas agrícolas, o mapeamento de níveis de manejo e a rastreabilidade das áreas produtivas. “Estamos começando o Agrotag-DRES em processos de manejo orientados pela agricultura regenerativa e pela melhoria contínua dos sistemas produtivos”, comenta Pimenta.

Até recentemente o DRES só podia ser implementado manualmente, utilizando planilhas e anotações manuais avulsas, na maioria dos casos em papel. Essa sistemática era altamente limitadora, considerando a possibilidade de erros durante o preenchimento, impossibilidade de novas consultas aos sistemas de manejo classificados, bem como um grande dispêndio de tempo para anotações e cálculos necessários durante o levantamento de campo. “Com o uso do AgroTag os cálculos são feitos de maneira automática, o que praticamente elimina erros por preenchimento”, destaca Luiz Vicente, pesquisador da Embrapa Meio Ambiente e coordenador da Plataforma AgroTag.

Vicente ainda enfatiza que os dados de campo, incluindo a classificação das áreas de manejo são enviadas automaticamente para um sistema WebGIS (sistema de dados geoespaciais on-line) onde podem ser consultados e analisados como uma base de dados única, compondo uma rede colaborativa de usuários. A expectativa é que o uso da funcionalidade DRES no AgroTag amplie a adoção da ferramenta, tornando sua aplicação mais ágil e possibilitando, além da orientação ao produtor, análises mais robustas por meio do cruzamento com outras camadas de dados geoespaciais, constituindo-se num exemplo aplicado de transferência de Geotecnologias diretamente para o setor agrícola.

## AgroNotícias

Mauricio Picazo Galhardo



# RATIFICADA PELO BRASIL

O Congresso Nacional promulgou, em sessão solene realizada no dia 17, o acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia. A medida conclui a etapa de ratificação no Brasil e permite que o texto passe a produzir efeitos no ordenamento jurídico nacional. A tramitação foi priorizada pelos presidentes da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado Federal, Davi Alcolumbre (União-AP). A sessão contou com a presença do vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, além do ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira.

**FÓRUM EMPRESARIAL BRASIL - BOLÍVIA**  
Aconteceu em São Paulo, o Fórum Empresarial Brasil-Bolívia, realizado na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), em São Paulo. O evento reuniu empresários brasileiros e bolivianos com o objetivo de ampliar oportunidades de comércio bilateral e investimentos entre os dois países. Presente no fórum, o presidente boliviano, Rodrigo Paz Pereira, destacou o esforço recente do país para ampliar sua inserção internacional. O ministro da Agricultura do Brasil, Carlos Fávaro falou da adesão da Bolívia como Estado Parte do Mercosul, em 2024. Segundo o ministro, a harmonização regulatória e a facilitação do comércio ampliam a confiança, a circulação de produtos, tecnologias e investimentos.

**BRASIL - BOLÍVIA**  
Organizado pela ApexBrasil, pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) e pela Fiesp, o Fórum Empresarial Brasil-Bolívia integrou a agenda oficial da visita de Estado boliviana ao Brasil e contou com a participação de mais de 120 empresários bolivianos, além de autoridades de ambos os países. Os painéis abordaram setores estratégicos, com foco em rodadas de negócios, atração de investimentos e integração econômica.

**ZERAR ALÍCOTAS**  
A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) solicitou ao Ministério da Fazenda a edição de decreto emergencial que conceda

desconto de 100% nas alíquotas do Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM), incidente sobre o transporte aquaviário. Em ofício encaminhado ao ministro Fernando Haddad, dia 17, o presidente da CNA, João Martins, justifica a medida diante do aumento dos preços dos fertilizantes nitrogenados importados pelo Brasil para utilização na agricultura, como a ureia, que teve alta de 35% no preço, com a escalada do conflito no Oriente Médio. A importação corresponde a 90% dos fertilizantes consumidos no Brasil.

**AJUSTES PARA A TABELA DO FRETE**  
AFrente Parlamentar da Agropecuária (FPA) tem acompanhado esse tema de perto. Em ofícios enviados, ainda em 2025, aos ministérios da Agricultura, Transportes, Fazenda e à Casa Civil, foi solicitada a abertura de um diálogo técnico para revisar a metodologia da tabela de frete. Hoje, há um entendimento claro no setor agropecuário de que o modelo adotado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) não reflete a realidade do transporte no país.

**AGRICULTURA FAMILIAR**  
Foi lançado, durante o Seminário Nacional de Máquinas e Equipamentos para a Agricultura Familiar, realizado em Campinas (SP), a plataforma Mecaniza. A presidente da Embrapa Silvia Massruhá participou do lançamento e destacou o compromisso da Embrapa com todos os perfis de produtores rurais brasileiros. O ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, falou sobre o papel de ferramentas como o Mecaniza para fazer com que o conhecimento chegue até o produtor rural, ajudando em sua atividade produtiva.

**SUSTENTABILIDADE**  
São Paulo a maior cidade da América Latina foi a primeira capital brasileira a ter um plano climático e orçamento para o combate às mudanças climáticas. Apesar desses avanços, a cidade continua trabalhando para melhorar a qualidade de vida de sua população com ações como o plantio de árvores e o incentivo às boas práticas da população no dia a dia. (Com informações de assessorias) Mauricio Picazo Galhardo é jornalista

## Governo de SP estabelece medidas sanitárias para proteger a tilapicultura contra risco de vírus letal



O Governo do Estado de São Paulo publicou nesta semana resolução que estabelece medidas de defesa sanitária voltadas à proteção da cadeia produtiva da tilápia diante do risco de introdução do Tilapia Lake Virus (TiLV), uma das principais ameaças emergentes à aquicultura mundial.

A norma define protocolos obrigatórios de controle sanitário sobre o ingresso, trânsito, comercialização e processamento de tilápia e seus derivados provenientes de países com ocorrência confirmada da enfermidade ou de outros patógenos exóticos de risco.

A medida é preventiva e visa preservar o status sanitário da aquicultura paulista, diante da incerteza sobre os riscos da importação de tilápia, ainda em avaliação pelo Ministério da Agricultura. Nesse cenário, o Estado atua em suas competências para mitigar riscos e proteger a produção até definição federal.

"A cadeia da tilápia tem ganhado relevância no agro paulista, com crescimento da produção e geração de empregos. Esse avanço exige uma atenção sanitária cada vez maior, e a resolução é uma medida preventiva para proteger o setor e garantir que continue crescendo com segurança e competitividade." destaca o secretário de Agricultura e Abastecimento de São Paulo, Geraldo Melo Filho.

Controle sanitário e rastreabilidade

A resolução estabelece que todos os produtos de tilápia, frescos ou congelados, inteiros ou processados, oriundos de países com registro da doença passam a estar sujeitos a controle sanitário rigoroso em todo o território paulista.

Entre as exigências, estão:

- Identificação e rastreabilidade dos lotes
- Segregação de produtos por origem
- Manutenção de registros sanitários e fiscais por no mínimo 12 meses
- Submissão a fiscalização e inspeção pelos órgãos competentes
- As regras se aplicam a produtos destinados ao consumo humano, alimentação animal, processamento industrial e seus subprodutos.

Fiscalização sanitária

A execução e fiscalização das medidas caberão à Defesa Agropecuária do Estado, que poderá realizar inspeções em estabelecimentos, cargas e documentos, além de adotar medidas administrativas em caso de risco sanitário.

Entre as ações previstas estão:

- Apreensão e interdição cautelares de produtos
- Fiscalização de cargas e estabelecimentos
- Aplicação de sanções administrativas
- Determinação de medidas corretivas

A atuação será integrada com vigilâncias sanitárias municipais, Procon-SP e demais órgãos de fiscalização, ampliando o alcance do controle sanitário em toda a cadeia.

"A prevenção contra a introdução do agente da TiLV no país, por meio de medidas rigorosas de biossegurança e vigilância, é fundamental, uma vez que o vírus apresenta taxas de mortalidade que podem atingir até 90% nos plantéis infectados, com transmissão rápida. Sua eventual introdução traria impactos econômicos imensos à cadeia produtiva da tilapicultura, cadeia muito relevante para a economia paulista", comenta Ieda Blanco, médica-veterinária e responsável pelo Programa Estadual de Sanidade dos Animais Aquáticos (PESAq).

Monitoramento protege a competitividade

A resolução considera o avanço internacional do Tilapia Lake Virus (TiLV), patógeno com alta taxa de mortalidade e já registrado em países da Ásia, África e Oriente Médio.

A introdução da doença tem potencial para impactos relevantes em regiões com alta concentração produtiva, como São Paulo, que reúne estrutura industrial consolidada e produção em larga escala.

Por isso, a medida adota o princípio da precaução, estabelecendo barreiras sanitárias antes da ocorrência da enfermidade no território nacional.

"A prevenção sanitária é decisiva para garantir a continuidade da produção, proteger empregos e sustentar o crescimento da cadeia", reforça o Presidente da Câmara Setorial de Pesca e Aquicultura do Estado de São Paulo Martinho Colpani.

Cadeia em expansão no agro paulista

A tilapicultura vem se consolidando como uma das principais cadeias da aquicultura brasileira, com crescimento produtivo, expansão industrial e aumento do consumo.

Em São Paulo, o setor combina escala produtiva, organização industrial e forte inserção no mercado, fatores que elevam a importância da proteção sanitária como instrumento de política pública.

### AGRO CARTOON

### PICAZO

ACORDO DE LIVRE COMÉRCIO ENTRE O MERCOSUL E A UNIÃO EUROPEIA FOI RATIFICADO PELOS PARLAMENTOS BRASILEIRO, ARGENTINO E URUGUAIO E AVANÇA PARA OS PAÍSES SIGNATÁRIOS, A UNIÃO EUROPEIA PREVÊ APLICAÇÃO PROVISÓRIA ENQUANTO ISSO



DESENHO:  
RAWPIXEL  
INTERNET

MARÇO 126

FACEBOOK.COM/MAURICE.PICAZO